

# Comissão Constitucional espera ter o apoio de Sarney

**RODRIGO BARBOSA**  
Enviado especial a Itaipava



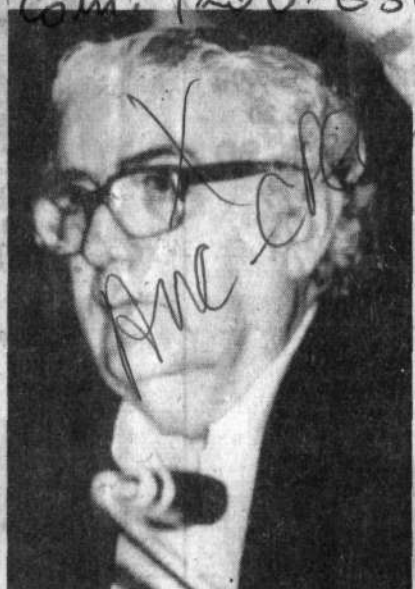
**CONSTITUINTE 86** O presidente José Sarney pretende dar ampla divulgação ao anteprojeto de Constituição que lhe será entregue, provavelmente em setembro, pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. O documento será encaminhado oficialmente pelo governo ao Congresso, e o presidente não vai interferir nas decisões tomadas pela Comissão. A afirmação foi feita pelo ex-deputado Clóvis Ferro Costa, 63, membro da comissão, companheiro de Sarney na "ala bossa-nova" da UDN e amigo pessoal do presidente. "Sarney acompanha com interesse o trabalho da comissão e garante a soberania do grupo", disse Ferro Costa.

Instituída pela Presidência da República para preparar uma proposta de texto constitucional como "subsídio" para o Congresso constituinte, a comissão acelera seus trabalhos e aprova sugestões inéditas na história constitucional brasileira. Terminou ontem a primeira etapa do seu "esforço concentrado" —realizado no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, (66 km ao norte do Rio)— com a definição do texto do capítulo 1 ("Princípios fundamentais da ordem constitucional, organização internacional e declaração de direitos"). Se a idéia for adotada pelo Congresso constituinte, será a primeira vez que uma Constituição brasileira adota em sua parte inicial a Declaração dos Direitos do Homem. "Uma Constituição elaborada no instante em que saímos do túnel do autoritarismo tem que fazer soar seus clarins com os direitos do cidadão, com a garantia da participação social", disse o professor Cândido Mendes de Almeida, relator do capítulo 1.

Na semana passada, entre debates tensos e longas discussões semânticas (gastou-se uma hora e meia para definir que a bandeira, o hino, o escudo e as armas da República são



Sepúlveda: contra "Frankenstein"



Ferro Costa: o presidente garante



Afonso Arinos: esperando elogios

símbolos nacionais, e que o Português é a língua nacional do Brasil), os "notáveis" introduziram em sua proposta de Constituição a limitação de "exclusividade do exercício profissional" apenas para profissões que possam trazer "risco à vida ou grave dano ao indivíduo ou à coletividade" (parágrafo que amplia a proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma universitário específico para o exercício da profissão de jornalista para outras atividades profissionais) e a criminalização de "todas as formas de discriminação". Foi criado o "habeas-data", instrumento jurídico original, para garantir um direito novo em textos constitucionais brasileiros: o do acesso do cidadão "às referências e informações a seu respeito registradas por entidades públicas ou particulares". A extinção da taxa judiciária, o direito à "excusa de consciência" para eximir-se da obrigação do serviço militar regular, e a determinação de que os "crimes de imprensa" sejam julgados pelo tribunal do júri foram outras inovações aprovadas. A comissão decidiu também criar o "defensor do povo" ("ombudsman"), para defender o

cidadão contra o Estado e apurar os abusos e irregularidades cometidos pelas autoridades.

O caráter polêmico da maioria das sugestões introduzidas provocou muitos protestos dos conselheiros derrotados em plenário (o quórum para aprovação de um artigo é maioria simples dos representantes presentes, número que variou de 28 a 36 dos 51 integrantes da Comissão, nos seis primeiros dias do "esforço concentrado"). "É um progressismo desenfreado, abre demais", reclamou Cândido Mendes, ao ser aprovado o texto que limita a obrigatoriedade do diploma. "Isto trará danos à nossa soberania, com a redução do efetivo e o encarecimento das atividades militares", comentou o professor Ney Prado, secretário-geral da Comissão, sobre a possibilidade de recusa do serviço militar obrigatório. "Está aberto o caminho para a socialização da propriedade", protestou em discurso veemente o jurista Raul Machado Horta, depois de aprovada a subordinação do direito de propriedade à sua função social. "É um Frankenstein, só falta a farda de general. É o chato-mor da República.

Hitler ocuparia este posto". Assim reagiram o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Perence, e o advogado e ex-deputado José Meira, à criação da figura do "defensor do povo".

Apesar das brigas, há otimismo entre os conselheiros. O sociólogo e professor Bolívar Lamounier acha que o resultado do trabalho da comissão "supera a expectativa inicial. Existem propostas novas, sérias e muito boas entre as que já foram aprovadas. Mas o mais importante é que a comissão cumpre sua função de abrir o debate constitucional, de provocar a participação". Como exemplo, ele citou a proposta de limitação da exigência do diploma, que envolveu inúmeras categorias e "vai obrigá-las a pensar a nova Constituição e a adotarem posições definidas diante dela". Clóvis Ferro Costa está confiante, também, no aproveitamento, pelo Congresso, das sugestões da comissão: "A melhor forma de verificar isto é a reação às decisões da comissão, a mobilização dos setores interessados, fazendo pressão sobre nós para aprovação de suas posições".

## Para Arinos, o anteprojeto será socializante

Dos enviados especiais a Itaipava

O anteprojeto de constituição que a comissão provisória de estudos constitucionais está preparando "será muito mais socializante do que estatizante", na opinião do ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, 80, presidente da comissão. "A atual Constituição é que é feita sob a perspectiva do Estado", disse, acrescentando que "a que estamos fazendo parte da defesa da sociedade, do cidadão".

Arinos afirmou que tem "cada vez mais, a convicção de que alguns temas inovadores, que estão sendo lançados pela comissão, estarão, necessariamente, na futura constituição brasileira. Podem mudar a redação que propomos, colocar o

tema de outra forma, mas não há como evitá-lo". A criação do defensor do povo, aprovada ontem, é um destes temas, segundo o presidente da comissão.

"A comissão foi recebida com muitas críticas, passou a ser mais respeitada e a atrair a atenção da sociedade. Daqui a pouco, começaremos a ser elogiados", disse Arinos. Ele acha que "basta observar o texto do que já foi aprovado, até agora, para que as críticas de que a comissão tem a tendência estatizante sejam refutadas. O papel do Estado é tratado sob a perspectiva do interesse da sociedade, e não a partir do ponto de vista autoritário, que norteou a constituição de 1967, e cujo caráter é precisamente o que a nova constituição tem que superar".

O "lobby", com maior ou menor eficiência, também foi utilizado nesta primeira etapa do "esforço concentrado". Primeiros foram índios, antropólogos e entidades de defesa dos territórios indígenas que passaram dois dias tentando convencer os conselheiros a aprovar a restrição da mineração nas terras demarcadas. Depois, jornalistas protestando contra a extinção da obrigatoriedade do diploma. E, no final da semana, os defensores públicos, que queriam ver a instituição da defensoria pública garantida no texto constitucional.

A informação de que o presidente Sarney não aceita interferência no trabalho da comissão e defende sua soberania surgiu num momento em que o grupo é pressionado a rever duas decisões já tomadas em plenário: a redução do poder das polícias militares e a eliminação, entre as atribuições das Forças Armadas, da função de manter a ordem interna. O ministro do Exército —Leonidas Pires Gonçalves— e os comandantes das PMs reclamaram; o presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, declarou sua "preocupação"

com o problema, e alguns conselheiros arquitetam fórmulas que permitam a revisão. "A plenária é soberana se quiser optar pelo reexame de alguma matéria", afirmam todos, embora a maioria seja contrária a esta possibilidade.

Depois de pronto o anteprojeto constitucional, "haverá ampla distribuição do texto pelo país", segundo Ferro Costa. A idéia do presidente Sarney é imprimir milhões de cópias e distribuí-las gratuitamente. Por enquanto, a divulgação dos trabalhos é feita por meio de convênios com a Funtevê (as televisões educativas do país exibiram uma série de depoimentos dos conselheiros), com a Universidade de Brasília (que mantém um painel semanal de debates e palestras sobre Constituição) e com a Fundação Pró-Memória (que grava os debates e entrevista os conselheiros, para exibir o material nos debates pré-eleitorais). E a Empresa Brasileira de Notícias divulga o trabalho diário da comissão para os meios de comunicação do país, através de "press-releases" preparados por jornalistas da EBN cedido à comissão.

Fotos Rogério Carneiro - 04-Jul-85